

- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
(b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
(c) Apoio Social a Idosos

ep
[Handwritten signature]
WJF
ht

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2020

- (a) Designação da entidade
(b) Domicílio da entidade
(c) Natureza da atividade

ep
N.º

1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armindo Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

- Normas Interpretativas (NI)

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.

1 24
R.F.
New 3/11

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os ativos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos ativos são registadas como gastos do período em que são verificadas, exceto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

124
F. N. N. N.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2019	Adições	Abates	Transf.	31/12/2020
Equipamento básico	52.339,05	2.012,69			54.351,74
Equipamento administrativo	4.123,61				4.123,61
Outros activos fixos tangíveis	9.420,56	9.138,70			18.559,26
Ativo Tangível Bruto	65.883,22	3.629,15			77.034,61
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	30.196,56	5.542,74			35.739,30
Equipamento administrativo	3.248,06	364,08			3.612,14
Outros activos fixos tangíveis	3.098,08	1.822,62			4.920,70
Depreciações Acumuladas	36.542,70	7.729,44			44.272,14
Ativo Tangível Líquido	29.340,52				32.762,47

120
 R
 Novo Jul

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias	97,91	1.627,85
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.367,15	730,75
Total	6.465,06	2.358,60

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias, dos géneros alimentares e matérias subsidiárias e de consumo, reconhecido como gasto do período dos anos de 2020 e de 2019, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo:

Descrição	Mercadorias 2020	Mercadorias 2019	Mat. Primas, Sub. Cons 2020	Mat. Primas, Sub. Cons 2019
Saldo Inicial	1.627,85	678,46	730,75	1.041,83
Compras	6.823,19	6.887,12	49.547,65	36.641,19
Saldo Final	97,91	1.627,85	6.367,15	730,75
Custo do período	8.353,13	5.937,73	43.911,25	36.952,27

7 – Réditos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos como réditos os seguintes:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Venda de Mercadorias	9.057,45	5.828,30
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	9.057,45	5.828,30
Prestação de Serviços	195.646,00	149.140,00
Quotas dos utilizadores	195.646,00	149.140,00
Outros Rendimentos e Ganhos	9.897,16	66.113,08
Desconto de pronto pagamento obtido	97,16	54,48
Outros (Jóia utilização apartamento)	0,00	0,00
Restituição de impostos (IVA)	0,00	55.300,04
Imputação de subsídios p/ investimentos	9.800,00	9.800,00
Correções de períodos anteriores	0,00	903,57
Outros	0,00	54,99
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	0,00	3,46
Ganhos por aumento justo valor financeiros	0,00	3,46
Juros	8,66	2,60
Depósitos bancários	8,66	2,60
TOTAL	214.600,61	219.087,44

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2020

120
Wright

Rubricas	2020	2019
Subsídios de outras entidades:	175.000,00	175.000,00
Diocese do Porto	0,00	0,00
Irmandade dos Clérigos	175.000,00	175.000,00
Doações e heranças:	10.431,69	16.660,93
Consignação IRS	271,91	1.136,53
Donativos Particulares	10.159,78	15.524,40
Legados	0,00	0,00
TOTAL	185.431,69	191.660,93

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos diretivos de forma voluntária são seis. A Direção é composta por 3 elementos: Presidente, Tesoureiro e Secretário e o Conselho Fiscal é composto por 3 elementos.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 17 em 2020 e de 16 em 2019.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal que a entidade registou em 2020 e em 2019 foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	182.386,89	176.446,24
Benefícios Pós Emprego	0,00	55,00
Indemnizações	438,22	602,21
Encargos sobre as remunerações	40.395,30	38.675,11
Seguros de acidentes no trabalho	2.533,03	2.384,33
Outros gastos com o pessoal	3.714,46	1.474,39
TOTAL	229.467,90	219.637,28

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art. 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação contributiva da Entidade perante a Segurança Social está devidamente regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e de 2019, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros	3.315,41	2.485,80
FCT	3.315,41	2.485,80
TOTAL	3.315,41	2.485,80

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	21.597,81	22.057,34
Obras Ano de 2018	517.172,08	528.300,33
Obras Ano de 2019	35.262,44	36.164,31
Seguro de acidentes de trabalho	2.823,25	2.533,03
Seguro automóvel	836,14	0,00
Outros gastos diferidos	439,43	456,25
TOTAL	578.131,15	589.511,26
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	0,00	425,00
TOTAL	0,00	425,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de Caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2.915,93	683,97
Depósitos à ordem	2.200,07	43.316,17
Depósitos a prazo	0,00	30.256,98
TOTAL	5.116,00	74.257,66

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	134.204,12	28.053,54		162.257,66
Ajust. em Subsídios	472.400,00		9.800,00	462.600,00
TOTAL	606.604,12	28.053,54	9.800,00	624.857,66

15 – Clientes

O saldo da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2020	2019
Clientes c/c		
Clientes	9.352,03	4.009,10
TOTAL	9.352,03	4.009,10

Handwritten notes and initials in the top right corner, including a large '1' and '2' and some illegible signatures.

16 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c		
Fornecedores	27.659,61	24.980,38
TOTAL	27.659,61	24.980,38

17 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA – restituição de IVA	2.713,81	394,66
TOTAL	2.713,81	394,66
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	736,00	741,00
Segurança Social	9.529,46	4.406,37
FCT/FGCT	80,85	75,64
TOTAL	10.346,31	5.223,01

18 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2020	Corrente 2020	Não Corrente 2019	Corrente 2019
Credores por Acréscimo		30.970,27		33.566,00
Remunerações a liquidar		29.122,16		30.646,59
Outras despesas diferidas		1.848,11		2.919,41
Outros Credores		7.265,59		3.505,55
Outros Credores - Utentes		7.265,59		3.505,55
TOTAL – Outros Passivos		38.235,86		37.071,55
Outros Devedores		54.660,00		0,00
António Augusto Marques		4.660,00		0,00
Irmandade dos Clérigos		50.000,00		0,00
TOTAL – Outros Ativos		54.660,00		0,00

19 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2020 e de 2019, estava organizada da seguinte forma:

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2020

790
 W-11

Descrição	2020	2019
Serviços especializados:	35.231,14	38.255,33
Trabalhos especializados	15.858,66	20.340,76
Vigilância e segurança	101,60	659,99
Honorários	1.870,00	1.485,00
Conservações e reparações	17.211,28	15.591,18
Serviços bancários	189,60	178,40
Materiais	7.111,34	2.922,64
Energia e fluídos:	35.595,90	31.097,34
Eletricidade	15.503,43	14.499,83
Combustíveis	162,38	0,00
Água	6.850,30	5.270,83
Gás	13.079,79	11.326,68
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos:	36.571,24	38.944,97
Rendas e Alugueres	155,12	155,12
Comunicação	1.913,73	2.177,49
Seguros	941,24	646,62
Limpeza, higiene e conforto	8.632,30	4.547,53
Outros serviços	24.928,85	31.418,21
Encargos com utentes	3.091,82	2.514,24
TOTAL	117.601,44	113.734,52

De realçar que o valor de “Outros Serviços” de 24.928,85 inclui o condomínio da Torre da Marca no montante de 23.335,51. A Irmandade dos Clérigos participou com 25.000,00 para compensar este custo adicional da Casa Sacerdotal.

20 – Perdas por justo valor e Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Perdas por diminuições de justo valor	0,00	2,90
Impostos	372,60	341,55
Outros gastos e perdas	1.188,71	1.051,78
Outros Gastos	1.561,31	1.393,33

21 – Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2020.

Após o fecho do período e até a este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Porto, 15 de junho de 2020

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2020

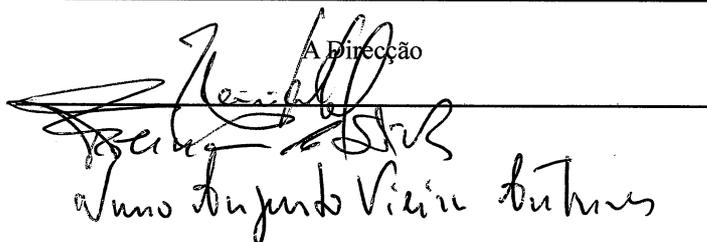
O Contabilista Certificado

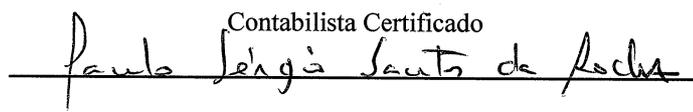
Paulo Sérgio Souto da Rocha

A Direcção

Augusto Vieira Souto
Augusto Vieira Souto

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		32 762,47	29 340,52
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		3 315,41	2 485,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		36 077,88	31 826,32
Activo corrente			
Inventários		6 465,06	2 358,60
Créditos a receber		9 352,03	4 009,10
Estado e outros entes públicos		2 713,81	394,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		578 131,15	589 511,26
Outros ativos correntes		54 660,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		5 116,00	74 257,66
		656 438,05	670 531,28
Total do ativo		692 515,93	702 357,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		162 257,66	134 204,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		462 600,00	472 400,00
		624 857,66	606 604,12
Resultado líquido do período		-8 583,51	28 053,54
Total dos fundos patrimoniais		616 274,15	634 657,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		27 659,61	24 980,38
Estado e outros entes públicos		10 346,31	5 223,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	425,00
Outros passivos correntes		38 235,86	37 071,55
		76 241,78	67 699,94
Total do passivo		76 241,78	67 699,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		692 515,93	702 357,60

A Direcção

 António Augusto Vieira Dutra

Contabilista Certificado

 Paulo Sérgio Santos da Rocha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

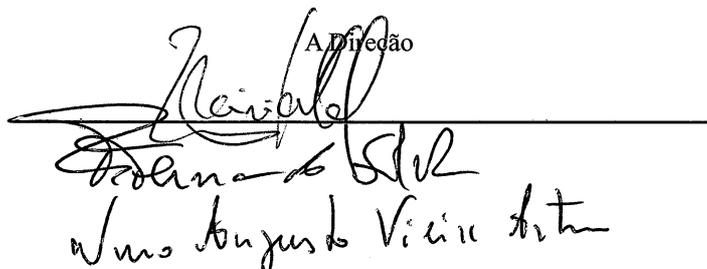
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

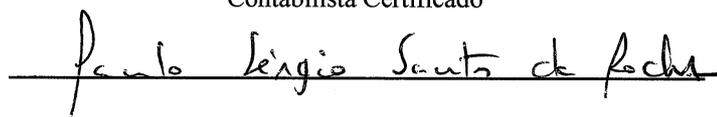
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		204.703,45	154.968,30
Subsídios, doações e legados à exploração		185.431,69	191.660,93
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		52.264,38	42.890,00
Fornecimentos e serviços externos		117.601,44	113.734,52
Gastos com o pessoal		229.467,90	219.637,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	2,90
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	-3,46
Outros rendimentos		9.897,16	66.113,08
Outros gastos		1.561,31	1.393,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-862,73	35.087,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		7.729,44	7.036,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.592,17	28.050,94
Juros e rendimentos similares obtidos		8,66	2,60
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-8.583,51	28.053,54
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-8.583,51	28.053,54

A Direção

Contabilista Certificado


 António Augusto Vieira de Almeida


 Paulo Sérgio Santos de Faria

Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda: (Valores em Euros)

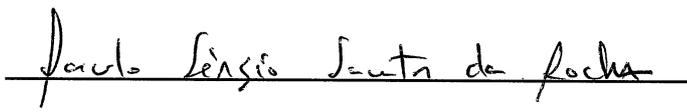
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		190 294,50	142 464,10
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		181 119,41	256 894,41
Pagamentos ao pessoal		151 980,59	145 744,05
Caixa gerada pelas operações		-142 805,50	-260 174,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		63 860,39	279 980,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-78 945,11	19 806,10
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		364,99	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-97,55
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		8,66	2,60
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-356,33	100,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		10 159,78	15 524,40
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		10 159,78	15 524,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-69 141,66	35 430,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		74 257,66	38 827,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 116,00	74 257,66

A Direcção

Contabilista Certificado



 Paulo Sérgio Sousa da Rocha



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTOS(S)

ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO 2020 (1)

NISS 20017483383

NIPC 507600274

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	5.º ANO		A débito (10)	A crédito (11)	Outros débitos e créditos (12)	
					(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		(10)	(11)	(12)	
593	SUBSÍDIOS PIDDAC									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5932	OUTROS	2018	390 000,00			7 800,00				374 400,00	7 800,00	0,00	0,00	366 600,00
5932	OUTROS	2019	100 000,00			2 000,00				98 000,00	2 000,00	0,00	0,00	96 000,00
TOTAL SUBS. PARA OBRAS										472 400,00	9 800,00	0,00	0,00	462 600,00

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

ATAS

Folha 8

ATA N.º 65

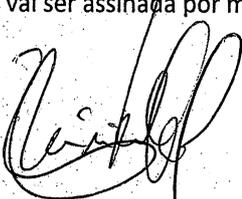
Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu a Direcção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

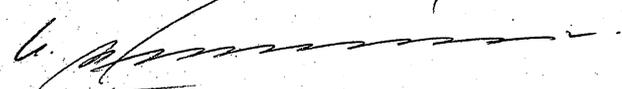
Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois vinte.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado negativo de oito mil e quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e um cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e afectar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Secretário, pelo Tesoureiro e pelo Presidente da Direcção.-----


Vice-Presidente




ATAS

ACTA NÚMERO VINTE E OITO DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente.-----

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e vinte.-----

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo negativo de oito mil e quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e um cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável.-----

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.-----

Presidente

João da Silva Peixoto

Vogal

Manuel Monteiro Mendes

Vogal

Emanuel António Brandão de Sousa

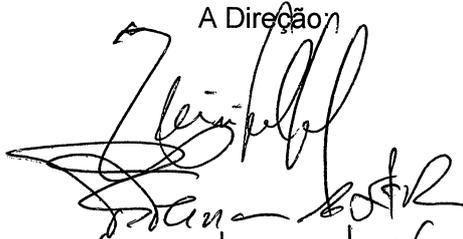
Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2020 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casasacerdotalporto.com em 30 de junho de 2021.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2020 a entidade:

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção


Wm. Augusto Vieira Botelho